Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Arcabouço partidário

Depois do bloco de 142 deputados formado por deputados do MDB, Republicanos, PSD, Podemos e PSC, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e seus aliados se preparam para apresentar um com 157 parlamentares, juntando PP, União Brasil, PSB, PDT e a federação PSDB/Cidadania. É a disputa por espaços de poder na Casa levando a laços estratégicos. E é nesse clima que as novas regras fiscais chegarão ao Parlamento.

Vamos mudar de assunto

Com a apresentação do novo arcabouço fiscal a Lira e a líderes partidários, a tendência é que a falta de acordo para a tramitação de medidas provisórias ficará em segundo plano. De quebra, o presidente da Câmara passa a ganhar mais peso na articulação, porque caberá a ele ajudar a dar celeridade ao tema.

Partilha

O anúncio do nome do ex-governador de Pernambuco Paulo Câmara para a presidência do Banco do Nordeste vai destravar outros cargos em breve. O senador Humberto Costa (PT-PE) indicará o comando da Sudene e o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), o superintendente da Codevasf, em Petrolina. Já o ex-deputado Sebastião Oliveira, irmão do deputado federal Waldemar Oliveira (Avante-PE), vai presidir a Hemobrás.

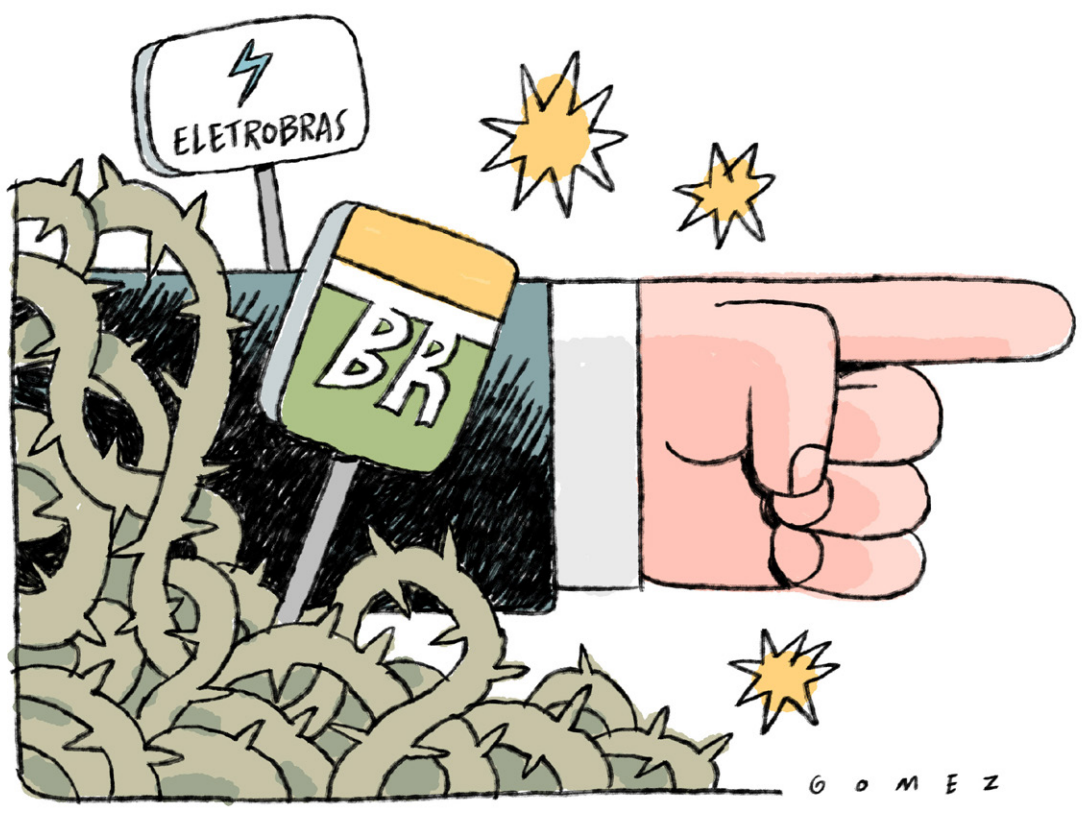
Quem sobrou

Até aqui, os ex-candidatos ao governo de Pernambuco Marília Arraes (Solidariedade) e Danilo Cabral (PSB) ainda aguardam um lugar ao sol no governo Lula. Só tem um probleminha: não são prioritários na indicação dos respectivos partidos a cargos no Executivo.

"Governo não pode ter tabus"

Tarimbado em gestão e política e com desafios urgentes, caso da exploração do pré-sal e organização do setor elétrico depois da privatização da Eletrobras, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, é direto: "Governo não pode ter tabus. A palavra de ordem tem que ser diálogo permanente e unidade no governo. É o presidente eleito que tem legitimidade para levar adiante a política pública. É o presidente Lula. Ministro ou servidor que não queira seguir, tem o direito de pedir para ir embora. Afinal, o ônus sempre vai recair sobre quem o povo foi às ruas eleger", disse o ministro à coluna. Em todos os fóruns, ele tem defendido que o governo deve apostar em energia limpa, mas não pode deixar de investir na exploração do petróleo.

A declaração vem justamente no momento em que a Petrobras muda sua diretoria e vai reavaliar investimentos e desinvestimentos, e também quando eletricitários têm feito várias manifestações, inclusive na porta do ministério, pedindo a reestatização da Eletrobras. Em relação à energia elétrica, não há muito o que fazer. No caso da Petrobras, porém, a revisão dos projetos afasta qualquer dúvida em relação à posição do governo, de fortalecer a empresa como patrimônio estatal. Na empresa, aliás, a informação é de que se deve reavaliar caso a caso a venda de ativos.



CURTIDAS

Sem trégua/ O primeiro pedido de impeachment de Jair Bolsonaro foi apresentado por seus opositores em 2020. O de Lula, a menos de 100 dias depois da posse. Sinal de que não haverá um minuto de sossego para o atual governo.

O medo dos bolsonaristas/ Entre os aliados do ex-presidente, cresce a desconfiança de que o governo Lula não permitirá que façam manifestações nos aeroportos espalhados pelo país, haja vista a decisão de limitar, hoje, o acesso ao complexo do JK.

Ed Alves/CB/DA.Press



Tira daqui/ A ideia de levar Bolsonaro direto para o partido, nesta manhã, num café brasileiro encomendado pela ex-primeira-dama Michelle **(foto)**, é justamente para tirar os apoiadores da porta da casa do ex-presidente.

Vai para lá/ Ela não quer repetir o cercadinho que havia no Palácio da Alvorada na porta do condomínio. A ordem é levar esse pessoal para a sede do partido, no complexo Brasil 21, onde fica, inclusive, o hotel em que Lula ficou hospedado, antes da recuperação e compra de móveis para a residência oficial do presidente da República.

PODER

CCJ tem de ameaça a bate-boca

Na comissão da Câmara, Fraga defende colega do PL e diz a Janones que "usa revólver". Deputado reage e avisa: não vai parar de provocar

» RENATO SOUZA

Reproduções/TV Câmara





Minha oposição nesta Casa sempre foi responsável e sempre foi construtiva... Um covarde, um valentão, usou a palavra. Não uso chupeta, uso revólver, pistola"

Deputado Alberto Fraga (PL-DF)

Os senhores bolsonaristas disseram que a liberdade de expressão não tem limites. Se não tem para vocês, não tem para mim também"

Deputado André Janones (Avante-MG)

A principal comissão da Câmara se tornou palco de um cabo de guerra entre parlamentares da base do governo e da oposição. Em busca de imagens para viralizar nas redes sociais e, assim, manter o capital político em alta, congressistas transformaram a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em cenário de bate-boca, ofensas e tentativas de agressão. O ápice foi ontem, quando o deputado Alberto Fraga (PL-DF) ameaçou o colega André Janones (Avante -MG) em uma discussão.

As desavenças começaram na terça-feira, na sessão que recebeu o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino — marcada por ironias e provocações. Quando o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) tentava fazer um discurso introdutório à pergunta que faria a Dino, foi chamado de "chupetinha" — apelido dado por apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha eleitoral. Um dos ataques partiu de Janones.

Ontem, Fraga, que é coronel aposentado da Polícia Militar do Distrito Federal, defendeu Nikolas e quis enquadrar Janones na CCJ. "Minha oposição nesta Casa sempre foi responsável e sempre foi construtiva... Um covarde, um valentão, usou a palavra. Não uso chupeta, uso revólver, pistola", disse.

Janones reagiu e disse que estavam colocando sua vida em risco. "Estou sendo ameaçado de morte. Vossa excelência deverá ser cassado por esta Casa", rebateu. Irritado, Fraga se levantou e partiu para cima do colega, mas foi contido.

O parlamentar do Avante afirmou que o coronel aposentado estava armado dentro do Congresso e disse ter levado o caso para a Polícia Federal (PF). Em nota, Fraga negou ter ameaçado e que estivesse armado. "Em nenhum momento fiz qualquer tipo de ameaça. Aproveito para esclarecer que não estava armado. Nunca circulei pela Câmara com qualquer tipo de arma", garantiu.

Janones afirmou que não mudará o comportamento e que a livre manifestação não pode ser exercida só pela oposição. "Quem usou essa expressão ("chupetinha") fui eu e continuarei fazendo, enquanto alguns nesta Casa puderem se utilizar de palavras de baixo calão para chamar o presidente Lula de nove dedos... Não continuaremos com essa estranha guerra em que só um dos lados pode tudo. Ontem, os senhores bolsonaristas disseram que a liberdade de expressão não tem limites. Se não tem para vocês, não tem para mim também", afirmou.

Oitiva

Na terça-feira, a oitiva de Dino colocou governistas e bolsonaristas em pé de guerra. O ministro foi acusado de negociar com o tráfico de drogas para entrar no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, que visitou semanas atrás para encontro com lideranças da comunidade — ele, inclusive, representou contra parlamentares no Supremo Tribunal Federal (STF) que o relacionaram às facções criminosas.

Na CCJ, Dino respondeu que os parlamentares estavam sendo preconceituosos com a população da Maré. Ele ouviu de Carlos Jordy (PL-RJ), um dos alvos das ações apresentadas no Supremo, que a ação na Corte agride a imunidade parlamentar.

"A Constituição diz que deputados e senadores são invioláveis, penal e civilmente, por quaisquer de suas palavras, opiniões e votos. Queria saber do ministro qual o entendimento da palavra 'quaisquer'", provocou Jordy.

Dino respondeu que não há direito absoluto no Brasil. "A imunidade parlamentar não é escudo para o cometimento de crime, nem camisa de força para maluquice", devolveu.

Depoimento de Duran vai à PGR

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), encaminhou à Procuradoria-Geral da República (PGR) um trecho do depoimento de Rodrigo Tacla Duran, prestado à Justiça Federal do Paraná. Na oitiva, o advogado, apontado como um dos principais negociadores de lavagem de dinheiro na Operação Lava-Jato, afirma ter pago propina a um advogado ligado ao senador Sérgio Moro (União Brasil-PR).

Segundo Duran, ele repassou US$ 613 mil (R$ 2,4 milhões) ao advogado Carlos Zucolotto Junior, ex-sócio de Rosângela Moro (União Brasil-SP), deputada federal e mulher de Moro. O advogado afirma ter sido vítima de extorsão por parte do ex-juiz e do hoje deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR) para não ser preso. O juiz Eduardo Appio, da 13ª Vara Federal de Curitiba, enviou o caso ao STF por envolver pessoas com prerrogativa de foro.

Ao chegar à Corte, o processo foi desmembrado por Lewandowski, enviado à PGR e colocado em sigilo. Nas redes sociais, Moro e Dallagnol rebateram as acusações de Duran. **(RS)**